

CLIPPING IMPRESSO

19/10/2021



INDICE

1. ESMAM	
1.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	1
1.2. JORNAL O PROGRESSO.....	2
1.3. JORNAL PEQUENO.....	3
2. INSTITUCIONAL	
2.1. JORNAL CORREIO BRAZILIENSE.....	4 - 5
3. PUBLICIDADE LEGAL	
3.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	6

CONGRESSO

Relatório da proposta pode ser votado hoje, e Conselho Nacional dos Corregedores Gerais dos MPs se sente alijado. Estratégias estão sendo avaliadas para que texto não siga adiante

PEC da Vingança rumo à judicialização

» CRISTIANE NOBERTO

O relatório da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 05/21, conhecida como “PEC da Vingança”, poderá ser votado, hoje, na Câmara dos Deputados. A fim de impedir que a matéria seja analisada como está, corregedores da União estão em Brasília tentando abrir diálogo com o parlamento. Ontem, o Conselho Nacional dos Corregedores Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNCGMP) afirmou que foram procurados para ajudar na formulação da proposta e nem para dirimir dúvidas técnicas. Por conta disso, são grandes as possibilidades de, caso a PEC avance, a categoria judicialize a questão no sentido de evitar que seja aprovada pelo Congresso.

De acordo com a presidente do Conselho e corregedora-geral do Rio de Janeiro, Luciana Sapha Silveira, a ausência do diálogo com os corregedores, maiores afetados pela proposta, “destrói” a instituição. “A aprovação da PEC 5, nesses termos, vai desconfigurar o Ministério Público de tal forma que a sociedade não vai mais reconhecê-lo. A atuação independente e forte, como se teve desde 1988, não vai mais existir. Isso não é um aperfeiçoamento, é a destruição da instituição. Não fomos chamados nem para concordar com o que quer que seja”, afirmou.

Para Celso Jerônimo de Souza, corregedor-geral do Acre, toda alteração deve ser primeiro aperfeiçoada e, para isso, é preciso um diálogo para entender as falhas. “Não seríamos contra que se modificasse a Constituição se de fato fizesse sentido. Na nossa visão, isso não aperfeiçoa, isso destrói a instituição. A sociedade pode estar interessada nisso, mas não sei se foi consultada se prefere que a instituição seja desmantelada”, criticou.

A corregedora-geral do Maranhão, Themis Pacheco de Carvalho, afirma que é essencial que o Congresso ouça o Conselho. “Essa é nossa luta: mostrar para o legislador que essas alterações não são necessárias. Estão querendo fazer uma reforma numa casa sem consultar o dono”, afirmou.

Em publicação no twitter, ontem, o ex-ministro da Justiça Sergio Moro afirmou que os promotores poderão sofrer “retaliações” e “punições” quando estiverem investigando pessoas poderosas ou com influência política. “Você acha que o promotor vai conseguir realizar o seu trabalho sem medo de sofrer retaliações ou punições? Essa proposta não é boa

para o Brasil. Tirar a independência do ministério público é desproteger a sociedade. É deixar as vítimas daqueles crimes vulneráveis”, disse.

Na última semana, o relator da proposta na Câmara, Paulo Magalhães (PSD-BA), se reuniu com entidades e conselhos de representantes dos membros do MP para elaborar o relatório, mas segundo o CNCGMP, os corregedores não foram ouvidos. O texto apresentado ao Congresso no começo do ano, impõe alterações no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) — como a composição do colegiado, ao ampliar o número de integrantes indicados pelo Congresso. Outra mudança proposta é dar ao Parlamento a prerrogativa de indicar o corregedor do Ministério Público.

» STF nega habeas corpus a Zé Trovão

O Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou o habeas corpus pedido pela defesa do caminhoneiro Marco Antônio Pereira Gomes, o Zé Trovão. Ele é investigado em um inquérito da Procuradoria-Geral da República (PGR) que apura a incitação dos atos antidemocráticos no último de 7 de Setembro. Sete ministros votaram com o relator, ministro Edson Fachin, pela manutenção da prisão: Ricardo Lewandowski, Luís Roberto Barroso, Gilmar Mendes, Cármen Lúcia, Luiz Fux, Dias Toffoli e Rosa Weber — Alexandre de Moraes se declarou impedido de votar no caso. Zé Trovão estaria escondido no México, para onde fugiu depois que teve a prisão preventiva decretada.

Agência Câmara



CNCGMP afirma que Paulo Magalhães, relator da PEC, não buscou contribuição dos corregedores-gerais



Simpósio

A relação entre Estado, direito e sociedade frente as mudanças sociais e as crises no sistema político brasileiro na atualidade será discutida durante o I Simpósio O Poder Judiciário como Garantidor da Democracia e dos Direitos Fundamentais, a ser realizado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão e Escola Superior da Magistratura na próxima sexta-feira, dia 22, das 9h às 11h, presencialmente, no Auditório da Associação dos Magistrados do Maranhão.

O evento terá também transmissão ao vivo pelo canal do Youtube EAD-ESMAM.

O simpósio integra programação comemorativa dos 35 anos da ESMAM – a ser celebrado em novembro de 2021.

Participam como palestrantes os ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e juristas Rogério Schietti Cruz e Reynaldo Soares da Fonseca, e o desembargador federal Ney de Barros Bello Filho.

	TJMA TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO	ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
AVISO DE LICITAÇÃO Pregão Eletrônico nº 54/2021 Processo nº 4224/2021		
<p>Objeto: Aquisição de peças (componentes) para os elevadores 97014 e 97015 instalados nas dependências do Fórum Des. Sarney Costa - FSDC; Abertura: 05/11/2021 às 10:00h (horário de Brasília-DF); Local: https://www.gov.br/compras/pt-br/; Informações: Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; E-mail: colicitacao@tjma.jus.br. Fone: (98) 3261-6181/6194, São Luís/MA, 15 de Outubro de 2021. Kátia Araujo Gonçalves - Pregoeiro TJMA (Uasg 925125).</p>		

Evento discutirá garantia da democracia e dos direitos fundamentais

Divulgação

O PODER JUDICIÁRIO COMO GARANTIDOR DA DEMOCRACIA E DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

22.10 | 9h
Auditório da AMMA São Luís/MA
inscrições: 04 a 14.10

FORMADORES

Min. Rogério Schietti
Ministro STJ

Min. Reynaldo da Fonseca
Ministro STJ

Des. Ney Bello
Desembargador Federal

COORDENADOR

Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos
Diretor ESMAM

TJMA | AMMA | ESMAM

A relação entre Estado, direito e sociedade frente às mudanças sociais e as crises no sistema político brasileiro na atualidade será discutida durante o I Simpósio O Poder Judiciário como Garantidor da Democracia e dos Direitos Fundamentais, a ser realizado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e Escola Superior da Magistratura (ESMAM), no dia 22 de outubro (sexta-feira), das 9h às 11h, presencialmente, no Auditório da Associação dos Magistrados do Maranhão (Rua dos Búzios, s/n - Calhau). O evento terá também transmissão ao vivo pelo canal do Youtube EAD-ESMAM.

O simpósio integra programação comemorativa dos 35 anos da ESMAM - a ser celebrado em novembro de 2021. Participam como palestrantes os ministros do Su-

perior Tribunal de Justiça (STJ) e juristas Rogério Schietti Cruz e Reynaldo Soares da Fonseca, e o desembargador federal Ney de Barros Bello Filho.

O evento segue as orientações das autoridades sanitárias quanto à manutenção de distanciamento social, higienização das mãos, além da apresentação da carteira de vacinação contra Covid-19.

CONHEÇA OS PALESTRANTES

Rogério Schietti Machado Cruz é doutor e mestre em Direito Processual pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, autor de dezenas de artigos e livros jurídicos, com destaque para: Processo Penal pensado e aplicado - Brasília Jurídica - 2004, A Proibição de Dupla

Persecução Penal - Lumen Juris - 2008, Garantias Processuais nos recursos criminais - Atlas - 2013 (2ª edição), Prisão cautelar: dramas, princípios e alternativas - Juspodivm - 2020 (5ª edição).

Reynaldo Soares da Fonseca é ministro do STJ, mestre em direito público pela PUC-SP, doutor em Direito Constitucional pela Faculdade Autônoma de São Paulo e pós-doutor em democracia e direitos humanos pela Universidade de Coimbra (Portugal). Possui vasta publicação acadêmica em temas diversos — entre eles, com destaque, o Princípio da Fraternidade na Justiça.

Ney de Barros Bello Filho é desembargador federal (TRF1) e jurista maranhense, mestre e doutor em Direito, com pesquisa elaborada na Universidade de Coimbra, Portugal e na Università Degli Studi di Lecce, Itália. Pós-doutor em Direito Constitucional (PUC-RS), professor adjunto da Universidade Federal do Maranhão, e em Regime de Colaboração Técnica na UnB, possui experiência na área de Direito Público, com ênfase em Direito Constitucional, Direito Criminal e Direito Ambiental. (*Asscom ESMAM*)

Kátia Persovisan

katiapsv@hotmail.com ♦ contato@katiapersovisan.com.br

Curta o facebook: <https://www.facebook.com/persovisan>

Blog: <http://blog.jornalpequeno.com.br/persovisan/>

CONTEXTO



Simpósio (I)

A relação entre Estado, direito e sociedade frente às mudanças sociais e as crises no sistema político brasileiro na atualidade será discutida durante o I Simpósio O Poder Judiciário como Garantidor da Democracia e dos Direitos Fundamentais, a ser realizado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e Escola Superior da Magistratura (ESMAM), no dia 22 de outubro (sexta-feira), das 9h às 11h, presencialmente, no Auditório da Associação dos Magistrados do Maranhão (Rua dos Búzios, s/n - Calhau). O evento terá também transmissão ao vivo pelo canal do Youtube EAD-ESMAM.

Simpósio (II)

O simpósio integra programação comemorativa dos 35 anos da ESMAM - a ser celebrado em novembro de 2021. Participam como palestrantes os ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e juristas Rogério Schietti Cruz e Reynaldo Soares da Fonseca, e o desembargador federal Ney de Barros Bello Filho. O evento segue as orientações das autoridades sanitárias quanto à manutenção de distanciamento social, higienização das mãos, além da apresentação da carteira de vacinação contra Covid-19.